



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2025

RELATÓRIO

1º CONSELHO COORDENADOR

“Por uma Planificação Orientada para
o Desenvolvimento Socioeconómico
Inclusivo e Sustentável de Moçambique”

Maputo, 15 de Dezembro de 2025

ÍNDICE

SUMARIO EXECUTIVO

.....	i
i	

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

.....	v
ii	

I. INTRODUÇÃO

1

II. OBJECTIVOS

1

III. METODOLOGIA

2

IV. AGENDA DO CONSELHO COORDENADOR E PRINCIPAIS TEMAS

APRESENTADOS E DISCUTIDOS

.....	
3	

V. DECURSO DAS SESSÕES DO CONSELHO COORDENADOR

4

VI. PERSPECTIVAS

40

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

43

VIII. ANEXOS

44

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Sob o lema “*Por uma Planificação Orientada para o Desenvolvimento Socioeconómico Inclusivo e Sustentável de Moçambique*”, realizou-se, de 3 a 5 de Dezembro de 2025, na Cidade de Maputo, o Primeiro Conselho Coordenador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). O evento foi orientado por Sua Excelência Salim Cripton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento, e contou com a participação de 141 participantes, entre membros do Conselho Coordenador e convidados.
2. Entre os participantes, destacou-se a presença da Exma. Senhora Secretária Permanente do MPD, dos Membros do Conselho Consultivo do MPD, dos Assessores do Ministro, dos titulares das Instituições Tuteladas, dos Directores Provinciais do Plano e Finanças e dos Serviços Provinciais de Economia e Finanças, bem como de técnicos de diversas áreas do MPD e das instituições tuteladas, refletindo a abrangência institucional e territorial do encontro.
3. Durante a sessão de abertura, houve um momento solene de homenagem e reconhecimento a quadros moçambicanos que, ao longo do tempo, se dedicaram à construção de pilares sólidos da planificação e do desenvolvimento em Moçambique. Entre as personalidades homenageadas destacam-se Marcelino dos Santos, Mário Machungo (os dois a título póstumo), Tomás Salomão, Luísa Diogo, Aiuba Cuereneia, Adriano Maleiane e Ernesto Max Tonela.
4. Na qualidade de convidados, participaram representantes de vários sectores governamentais, nomeadamente dos Ministérios das Finanças; da Economia; dos Transportes e Logística; da Agricultura, Ambiente e Pescas; do Trabalho, Género e Acção Social; das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos; da Saúde; da Educação e Cultura; da Administração Estatal e Função Pública, bem como do Banco de Moçambique, reforçando o carácter intersectorial do Conselho Coordenador.
5. Participaram igualmente parceiros de cooperação, representantes da sociedade civil, do sector privado e da academia, com destaque para a presença do Embaixador da União Europeia, do Embaixador da Irlanda, do Representante do IFAD, do Representante do BAD, do Chefe da Missão do Japão, da Coordenadora Interina das Nações Unidas, do Conselheiro Político e Económico da Embaixada dos EUA, do Director da JICA, do representante do Banco Mundial e do Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo, cuja participação enriqueceu o debate e contribuições.
6. Nos três dias de trabalhos, o Conselho Coordenador procedeu a uma avaliação abrangente do percurso trilhado em 2025 e à definição das prioridades estratégicas para 2026, tendo sido apresentados, analisados e amplamente debatidos diversos instrumentos e temas estruturantes. Entre estes, destacam-se o Balanço das Actividades Realizadas em 2025, os Desafios e Perspectivas para 2026, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDE 2025–2044, o Programa Quinquenal do Governo (2025–2029), o Plano de Recuperação e Crescimento Económico (PRECE 2025–2029) e a Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC 2025–2034).

7. Mereceram, igualmente, particular atenção o Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL), os Relatórios-Balanço das Instituições Tuteladas em 2025, com destaque para o INE, ADVZ, ADIN, FARE, MARP e MCA, bem como os Relatórios-Balanço das Actividades realizadas em 2025 pelas Direcções e Serviços Provinciais, organizados por regiões (Norte, Centro e Sul). Foi ainda apreciada e debatida a Proposta do Programa Integrado de Investimentos (PII 2026–2030) e a Proposta do Plano Estratégico do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (PEMPD 2026–2035).
8. Foram ainda apresentadas e debatidas as principais inovações a introduzir no MPD, a Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC–Nacala), as Prioridades e Objectivos Estratégicos do MPD, Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) e o Programa de Desenvolvimento Económico Local (PDEL 2026–2030), reforçando a visão integrada entre planificação, investimentos e desenvolvimento territorial.
9. O Conselho Coordenador também teve na manhã do 3º dia uma sessão palestral com tema aberto (livre) sobre os desafios do país em particular do MPD na actual conjuntura socio-económica, proferida pelos parceiros de cooperação, do sector privado, da sociedade civil, da academia e dos órgãos de comunicação social, cujas visões e recomendações enriqueceram a reflexão estratégica do papel, desafios e as oportunidades do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
10. Durante os trabalhos, foram feitas constatações relevantes, com destaque para o reconhecimento de progressos e avanços registados pelo MPD em 2025, apesar do contexto económico desafiante, sublinhando-se a urgência de acelerar reformas institucionais e adoptar novas abordagens, metodologias, procedimentos e imprimir uma abordagem assente numa planificação mais integrada, reforçando a monitoria e a obtenção de resultados tangíveis em termos de melhoria das condições de vida da população.
11. Foi igualmente enfatizada a necessidade de maior alinhamento operacional dos instrumentos estratégicos do Governo, como a ENDE, o PQG, o CFMP e o PESOE, aos níveis provincial, distrital e municipal. A implementação do FDEL, com mais de 236 mil propostas submetidas, evidenciou a vitalidade da descentralização financeira, ao mesmo tempo que revelou a urgência de reforçar os mecanismos de selecção de projectos viáveis, a capacitação contínua e a monitoria robusta. As Instituições Tuteladas reafirmaram o seu papel como braços operacionais essenciais para o desenvolvimento territorial, inclusão produtiva, produção de estatísticas fiáveis, monitoria da governação e promoção de investimentos.
12. O Primeiro Conselho Coordenador constituiu, assim, um momento estratégico de definição de compromissos e perspectivas para 2026, tanto para as Unidades Orgânicas do MPD como para as Instituições Tuteladas, tendo sido delineadas orientações claras e estruturadas nos domínios da Planificação, do Desenvolvimento Integrado, das Políticas Económicas, dos Investimentos Estratégicos e Cooperação, da Monitoria e Avaliação, do Financiamento Climático, bem como da Administração e Recursos Humanos, consolidando uma visão institucional mais integrada, inovadora, digital e orientada para resultados.

13. No geral, foi orientado para o domínio da Planificação:

- Integrar de forma efectiva os processos de planificação, orçamentação e execução, mediante a criação de mecanismos que assegurem que o planeado seja devidamente inscrito no orçamento e efectivamente executado;
- Acelerar o processo de consolidação do sub-sistema de planificação e orçamentação;
- Reforçar o foco na gestão baseada em resultados, a operacionalizar-se através do e-SISTAFE, mantendo uma articulação com os níveis provincial, distrital e municipal;
- Estabelecer um núcleo técnico intersectorial que garanta o alinhamento sistemático entre o PII, o CFMP e o PESOE, assegurando que os projectos estratégicos sejam implementados com celeridade;
- Implementar a digitalização dos processos como instrumento de reforço da operacionalização e monitoria do PESOE;
- Promover acções contínuas de capacitação aos actores relevantes, assegurando formação em planificação estratégica, análise de dados e gestão de projectos;
- Revitalizar os Fóruns de Planificação e os Observatórios de Desenvolvimento, enquanto espaços de concertação e acompanhamento, na implementação e monitoria de políticas publicas;
- Mobilizar recursos financeiros e técnicos que garantam a implementação efectiva da Proposta de Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD).

14. No domínio de Promoção do Desenvolvimento Integrado:

- Criar e pôr em funcionamento a Plataforma Digital contendo informação global do FDEL, para uso pelas instituições relevantes e pelo público em geral;
- Assegurar que os projectos aprovados pela Comissão de Selecção de Projectos possam ser financiados urgentemente, para permitir que as instituições vocacionadas possam dar assistência técnica e capacitação aos beneficiários do FDEL;

- Implementar uma Estratégia de Comunicação robusta para garantir a divulgação sobre o FDEL, incluindo o uso estratégico das redes sociais;
- Promover a inclusão de mulheres empreendedoras, através da facilitação do seu acesso ao FDEL e ter em conta esse grupo específico nas acções de capacitação e monitoria;
- Coordenar acções com o IPEME-IP, com vista ao reforço da capacitação das MPME's, visando a promoção do desenvolvimento económico local e a execução de projectos do FDEL;
- Definir, de forma prévia e transparente, os montantes a atribuir por cada posto administrativo e localidade, para garantir a abrangência, inclusão e equidade no acesso aos recursos do FDEL;
- Fortalecer as Comissões de Selecção de Projectos, garantindo maior transparência no processo, fundamentação das aprovações e reprovações e recomendação de melhorias às propostas submetidas;
- Revigorar a coordenação de acções com as ONG's e reforçar os Observatórios de Desenvolvimento;
- Assegurar a mobilização de recursos para garantir a implementação efectiva do Programa de Desenvolvimento Económico Local (PDEL).

15.No domínio de Políticas Económicas e Desenvolvimento:

- Implementar e institucionalizar um Programa de Estudos e Pesquisas, como mecanismo sistemático de apoio à formulação e análise de políticas públicas, através de pesquisas, para que o processo de tomada de decisões seja baseado em evidências;
- Assegurar a coordenação da implementação do Plano de Recuperação e Crescimento Económico (PRECE) 2025-2029;
- Produzir, de forma regular, *policy briefs* e relatórios baseados em evidências (quinzenal, mensal e trimestral);
- Promover eventos anuais de debate e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas, em colaboração com as universidades;

- Realizar, entre outros, estudos sobre pobreza e bem-estar, com base nos dados do IOF 2025;
- Actualizar o modelo de previsão macroeconómica, com vista ao reforço da qualidade e fiabilidade das projecções;
- Introduzir inovações na elaboração do CFMP 2027-2029, garantindo um melhor alinhamento entre a ENDE, PQG, CFMP e PESOE.

I 6. No domínio dos Investimentos Estratégicos e Cooperação:

- Assegurar o acompanhamento na coordenação e implementação do Programa Integrado de Investimentos (PII);
- Garantir o acompanhamento e monitoria do PEDEC–Nacala, e articular intervenções com a UTI-PEDEC-Nacala;
- Criar um Fundo de Preparação de Projectos e de estudos de viabilidade, como instrumento para operacionalizar o PII;
- Manter actualizada a base de dados sobre a cooperação económica com os parceiros (multilaterais e bilaterais) e identificar projectos prioritários de investimento.

I 7. No domínio da Monitoria e Avaliação:

- Consolidar o Subsistema Nacional de Monitoria e Avaliação (M&A);
- Conceber e implementar ferramentas digitais para a recolha, análise e gestão de dados;
- Reforçar a capacitação contínua dos quadros dos sectores e dos territórios, no domínio de metodologias, técnicas e procedimentos de monitoria e avaliação da acção governativa;
- Robustecer a Base de Dados Nacional, com indicadores sociais e económicos e fortalecer os sectores e unidades territoriais sobre indicadores de impacto e metas;
- Actualizar, em coordenação com a DNPED, as metodologias de cálculo da produção global.

I 8. No domínio do Financiamento Climático:

- Conceber e assegurar a execução das acções constantes na matriz de acções da Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC) 2025-2034, por forma a garantir a sua implementação durante o ano de 2026;
- Divulgar amplamente a ENFC junto da sociedade civil, do sector privado, da academia, das instituições e dos territórios e ainda com parceiros de cooperação;
- Integrar os projectos climáticos no Programa Integrado de Investimentos (PII) 2026-2030;
- Levar a cabo acções visando a criação do Fundo Climático de Moçambique;
- Mapear as oportunidades de financiamento climático actualmente disponíveis, com destaque para mecanismos de troca de dívida por clima (*Eurobond* de USD 900 milhões a serem amortizados até 2028) e para o Fundo de Adaptação de valores estimados em USD 40 milhões ainda não solicitados;

19. No domínio da Administração e Recursos Humanos:

- Desenvolver políticas orientadas para o fortalecimento do capital humano do MPD, incluindo as instituições de planificação nos sectores e províncias;
- Desenhar e implementar um Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, assegurando a evolução profissional contínua e garantir a sua implementação;
- Trabalhar, em colaboração com a DNP e outras Unidades Orgânicas do MPD na elaboração de instrumentos para a criação de carreiras específicas de planificação, monitoria e avaliação, promoção de investimentos e promoção do desenvolvimento integrado;
- Implementar mecanismos electrónicos integrados de gestão de recursos humanos, finanças e património;

20. Em relação às Instituições Tuteladas, foram definidas como orientações:

- **INE:** Divulgar os resultados do IOF 2025, do Censo de Empresas (CEMPRE 2025-2026), actualizar a cartografia censitária e finalizar os preparativos do projecto piloto do Censo 2027 e assegurar a sua efectiva realização;
 - **ADVZ:** Operacionalizar o Plano Especial de Ordenamento Territorial (PEOT), expandir *clusters* produtivos e consolidar os processos de implementação dos fundos do FINOVA e Mangwana;
 - **ADIN:** Concentrar-se na implementação do RISE-PS, do projecto com a Total Energy, do SGPN e no apoio multiforme às comunidades afectadas pelo terrorismo;
 - **FARE:** Priorizar a digitalização das actividades das ASCAS e apoiar programas como o PROCAVA, PROPEIXE e PRODAPE, e não apenas cingir-se na provisão de serviços financeiros rurais;
 - **MCA-Moz:** Alinhar os seus programas com a ADVZ, reforçar a comunicação das suas acções, aplicar as lições aprendidas do Compacto I e assegurar um impacto inclusivo no Compacto II.
21. Importa sublinhar que as orientações definidas no âmbito do Primeiro Conselho Coordenador do MPD encontram-se traduzidos numa Matriz específica de implementação e acompanhamento, a qual permitirá a sua operacionalização de forma estruturada, mensurável e alinhada às prioridades estratégicas do sector. Esta matriz servirá de instrumento de referência para o devido seguimento, monitoria e avaliação periódica do grau de cumprimento, para obtenção de resultados concretos, em coerência com o papel do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

Lista de Siglas e Acrónimos

Sigla	Designação
ADIN	Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte
ADVZ	Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze
ASCAS	Grupos de Poupança e Crédito Rotativo
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BdPESOE	Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado

BIOFUND	Fundação para a Conservação da Biodiversidade
CAP	Censo Agro-Pecuário
CC	Conselho Coordenador
CEMPRE	Censo das Empresas
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CSRECM	Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Cidade de Maputo
CTA	Confederação das Associações Económicas
DNP	Direcção Nacional de Planificação
DNPED	Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento
e-BAÚ	Balcão do Atendimento Único Electrónico
EDI	Estratégia de Desenvolvimento Institucional da ADIN
e-MIP	Módulo electrónico do Investimento Público
EN1	Estrada Nacional Número 1
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ENFC	Estratégia Nacional de Financiamento Climático
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Gestão Financeira do Estado
FAE	Funcionários e Agentes do Estado
FAIJ	Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis
IPEME	Instituto para Promoção de Médias e Pequenas Empresas
FARE	Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia
FCID	Fundo Catalítico para a Inovação e Demonstração
FDEL	Fundo de Desenvolvimento Económico Local
FINOVA	Financiamento Inovativo para o Agronegócio
GALS	Gender Action Learning System
GV4G – EU	Green Value for Growth – União Europeia
MSP–EKN	Mozambique Seed Partnership – Agência Sueca de Crédito à Exportação

INE	Instituto Nacional de Estatística
IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IPCC	Instituições de Participação e Consulta Comunitária
IRPC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
KPI	Indicador Chave de Desempenho
M&A	Monitoria e Avaliação
MAAP	Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas
MARP	Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
MCA	Moçambique – Millennium Challenge Account
ME	Ministério da Economia
MF	Ministério das Finanças
MIC	Ministério da Indústria e Comércio do SMA no MPO
MozParks	Promotor e operador de Zonas Económicas Sustentáveis
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPO	Módulo de Planificação e Orçamentação
EN222	Estrada Nacional Número 222
EN444	Estrada Nacional Número 444
Projecto PRIA	Promoção de Reformas e Investimentos na Agricultura
ONG's	Organizações Não Governamentais
PDEL	Programa de Desenvolvimento Económico Local
PEDEC	Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala
PEGD	Política e Estratégia de Gestão de Deslocados
PEMPD	Plano Estratégico do Ministério da Planificação e Desenvolvimento

PEOT	Plano Especial de Ordenamento Territorial
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PII	Programa Integrado de Investimentos
Plataforma ZCAP	Plataforma do Agregador Comercial da Zambézia
PME	Pequena e Média Empresa
PPFD	Proposta de Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRCD	Plano de Reconstrução de Cabo Delgado
PRECE	Plano de Recuperação e Crescimento Económico
PREDIN	Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte
ProAzul	Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul
PROCAVA	Programa de Desenvolvimento da Cadeia de Valor Agro-alimentar
PRODAPE	Projecto de Desenvolvimento da Aquacultura de Pequena Escala
Programa AGRONORTE	Projecto de Desenvolvimento Integrado da Agro-indústria na Região Norte
PROPEIXE	Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Resiliente
REFP	Projecto de Financiamento a Empreendimentos Rurais
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RH	Recursos Humanos
RISE-PS	Programa para Reforço da Resiliência e Promoção da Estabilidade no Norte de Moçambique
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SCM	Serviços Cívicos de Moçambique
SERNAP	Serviço Nacional Penitenciário
SGPN	Sistema de Gestão de Projectos do Norte
SMA	Sistema de Monitoria e Avaliação
SNMA	Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação

TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
USD	Dólar Norte Americano
UTI - PEDEC	Unidade Técnica de Implementação do PEDEC

I. INTRODUÇÃO

1. O Ministério da Planificação e Desenvolvimento é o órgão central do Aparelho de Estado que, de acordo com o Decreto Presidencial n.º 10/2025 de 6 de Fevereiro, dirige e coordena o processo de planificação, desenvolvimento, investimento, monitoria e avaliação das políticas e estratégias públicas, visando o desenvolvimento económico e social integrado, inclusivo e sustentável do País.

2. O Conselho Coordenador é um órgão de consulta que se reúne uma vez por ano para apreciar a execução do plano e orçamento da Instituição e perspectivar as acções prioritárias a realizar, identificar as abordagens mais apropriadas a usar na implementação de acções e uniformizar os mecanismos de implementação das acções estratégicas relacionadas com o mandato do MPD.

3. É neste contexto que de 3 a 5 de Dezembro de 2025, realizou-se o Primeiro Conselho Coordenador do MPD, na Cidade de Maputo, sob o lema **“Por uma Planificação Orientada para o Desenvolvimento Socio-Económico Inclusivo e Sustentável de Moçambique”**. O

Conselho Coordenador do MPD, foi orientado por Sua Excelência, Salim Cripton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento, e contou com a participação de 141 participantes desde membros deste fórum e convidados na qual se desta a presença da Exma. Senhora Secretária Permanente do MPD; Membros do Conselho Consultivo do MPD; Dirigentes das Instituições Tuteladas; Directores Provinciais e de Serviços de Plano e Finanças; Técnicos de Diversas Áreas do MPD.

4. Na qualidade de convidados, participaram o Ministério das Finanças; Economia; Transporte e Logística; Agricultura, Ambiente e Pescas; Trabalho, Género e Accão Social; Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos; Educação e Cultura; Administração Estatal e Função Pública; e o Banco de Moçambique, da Autoridade Tributária de Moçambique e da Agência de Promoção de Investimentos e Exportações APIEX, IP.

5. Participaram igualmente diversos parceiros de cooperação, Sociedade Civil e Academia onde destaca-se a presença do Embaixador da União Europeia, do Embaixador da Irlanda, do Representante do IFAD, do Representante do BAD, do Chefe da Missão do Japão, da Coordenadora Interina das Nações Unidas, do Conselheiro Político e Económico dos Estados Unidos e do Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo;

6. Participaram ainda na sessão de abertura Suas Excelências antigos Ministros das áreas de Planificação e Desenvolvimento, designadamente o Dr. Tomás Salomão, o Dr. Aiuba Cuereneia, e o Dr. Adriano Maleiane e que se destacaram pela visão estratégica, compromisso e legado, durante a sua passagem na liderança da planificação em Moçambique.

II. OBJECTIVOS

7. O Primeiro Conselho Coordenador tinha os seguintes objectivos:

-
- Apreciação do Balanço das actividades planificadas e realizadas em 2025 e perspectivar as acções para o ano de 2026;
 - Apresentar e discutir temas de índole estratégica relacionadas com o mandato do MPD;
 - Promover uma reflexão sobre os caminhos e adopção de abordagens, estratégias e métodos concertados de trabalho com vista a materialização das políticas e estratégias do Governo sob a responsabilidade do sector;
 - Proceder ao exercício de planificação das actividades do sector e coordenar a intervenção estratégica aos níveis central e territorial;
 - Fazer a reflexão estratégica e concertação institucional sobre as políticas, estratégias, programas e instrumentos que orientam a acção governativa nos domínios da planificação e do desenvolvimento nacional;
 - Auscultar a visão das forças vivas da sociedade nomeadamente a academia, sociedade civil, sector privado sobre o mandato do MPD.

III. METODOLOGIA

8. Os trabalhos do Conselho Coordenador decorreram de acordo com a agenda aprovada para os três dias, tendo se reservado a parte da manhã do primeiro dia à sessão de abertura solene, apresentação e debate sobre o Relatório Balanço das actividades do MPD, das Instituições Tuteladas e das Direcções Provinciais em 2025. Também se abordou a ENDE, o PRECE, a ENFC e o FDEL.

9. O segundo dia, foi dedicado à apresentação de temas de índole estratégico conforme se apresenta abaixo, tendo sido marcado por reflexões profundas na plenária e nos grupos de trabalho temáticos.

10. O terceiro e último dia foi reservado para apresentações de temas abertos (livre) sobre os desafios do país, em particular do MPD, na actual conjuntura socio económica e contou com a presença e intervenções de convidados da academia, dos órgãos de comunicação social, do sector privado e da sociedade civil. E por fim, seguiram-se debates em plenária e a sessão de encerramento.

IV. AGENDA DO CONSELHO COORDENADOR E PRINCIPAIS TEMAS APRESENTADOS E DISCUTIDOS

11. O Primeiro Conselho Coordenador abordou um conjunto abrangente de temas estratégicos, destacando-se os seguintes:

- 1) O Balanço das Actividades Realizadas em 2025, Desafios e Perspectivas para 2026;
- 2) A Estratégia Nacional de Desenvolvimento – (ENDE 2025-2044);
- 3) O Plano de Recuperação e Crescimento Económico (PRECE 2025-2029);
- 4) A Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC 2025-2034),
- 5) O Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL);
- 6) Relatórios-Balanço das Instituições Tuteladas em 2025, com destaque para INE, ADVZ, ADIN, FARE, MARP, MCA;
- 7) Os Relatórios-Balanço de Actividades Realizadas em 2025, pelas Direcções Provinciais da Região Norte, Centro e Sul;
- 8) A Proposta de Programa Integrado de Investimentos (PII 2026-2030);
- 9) A Proposta do Plano Estratégico do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (PEMPD 2026-2035);
- 10) As Principais Inovações a Introduzir no Ministério da Planificação e Desenvolvimento;
- 11) A Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC – Nacala);
- 12) Prioridades e Objectivos Estratégicos do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD);
- 13) O Programa de Desenvolvimento Económico Local (PDEL 2026-2030);
- 14) O Programa de Planificação e Finanças descentralizadas (PPFD 2026-2030);
- 15) O Programa Quinquenal do Governo (PQG 2025-2030)

V. DECURSO DAS SESSÕES DO CONSELHO COORDENADOR

PRIMEIRO DIA: 03 de Dezembro de 2025

Sessão de Abertura do Evento

12. Na Sessão de Abertura registaram-se as intervenções da Exma Senhora, Rutília Microsse, Vereadora da Administração e Gestão de Recursos Humanos do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, que fez referência aos desafios do MPD em prol do desenvolvimento económico e social, inclusivo e sustentável, bem como a priorização da transparência, responsabilização e participação pública como pilares da governação;

13. De seguida, usou da palavra Sua Excelência Antonino Maggiore, Embaixador da União Europeia em Moçambique, que destacou a oportunidade de o MPD fazer o balanço do país num contexto internacional difícil e desafiante; reconheceu os esforços do Governo na definição de um plano de reformas de desenvolvimento significativas para enfrentar a instabilidade macroeconómica e promover o crescimento e defendeu que o diálogo nacional é essencial; e reafirmou a necessidade de maior envolvimento dos partidos da oposição, sociedade civil e parceiros internacionais;

14. Referiu-se igualmente sobre à importância estratégica da Cimeira da União Europeia com a União Africana, realizada em Novembro último em Angola, que contou com a participação de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República, como espaço de diálogo e cooperação, e por fim reiterou o compromisso da União Europeia em continuar a apoiar Moçambique com projectos complementares alinhados às prioridades nacionais, com destaque ao Programa de Cooperação Bilateral orçado em cerca de 600 milhões de Euros para 7 anos, abrangendo vários sectores estratégicos.

15. O momento mais alto foi marcado pelo discurso de abertura oficial por Sua Excelência, Salim Cripton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento, onde referiu que o Conselho Coordenador tem a particularidade de realizar-se no primeiro ano da execução da ENDE (2025 – 2044), do Programa Quinquenal do Governo (2025 – 2029), representando uma oportunidade para, em conjunto, avaliar-se o grau da sua execução no que se refere às acções da responsabilidade do MPD;

16. Frisou que o encontro não era apenas para o cumprimento de um calendário, mas um momento estratégico de reflexão e debate, para repensar a planificação do desenvolvimento integrado e sustentável de Moçambique, com foco na promoção de mais investimentos, definição de melhores políticas e estratégias de desenvolvimento e garantia de uma implementação eficaz das decisões.

17. Enalteceu a todos os quadros da *família MPD* pela dedicação, entrega e profissionalismo, tendo acrescentado que não existe MPD sem as suas briosas equipas. Não existe visão sem quadros capazes. Não existe transformação institucional sem pessoas comprometidas, com foco e orientadas para resultados.

18. Fez referência ao panorama mundial, tendo frisado que a economia global apresenta um crescimento moderado, em torno de 3%, mas permanece vulnerável à choques geopolíticos, climáticos e nas cadeias de abastecimento, reforçando a urgência de políticas públicas compreensivas, resilientes e sustentáveis.

19. Fez referência às projecções internacionais que apontam para um cenário de recuperação moderada da economia mundial, apoiada na normalização das cadeias de abastecimento e na estabilização gradual dos preços. Com efeito, o FMI projecta um crescimento global de 3,2% e 3,1% em 2025 e 2026, respectivamente, acompanhado de uma desaceleração da inflação, que deverá situar-se em 4,2% e 3,7% em média anual no mesmo período.

20. Acrescentou que estes desenvolvimentos globais configuram um ambiente externo ligeiramente mais favorável para economias dependentes de *commodities*, como Moçambique. Além disso, o volume de exportações do comércio mundial apresenta sinais de recuperação moderada, com um crescimento médio anual projectado de 3,3% em 2025, e 3,1% em 2026 (FMI, Outubro 2025)

21. Fez ainda referência à persistência de riscos significativos como é o caso da incerteza sobre a política comercial, sobretudo entre as grandes economias, as tensões geopolíticas globais, que influenciam os fluxos comerciais e a volatilidade dos preços das *commodities* que afectam directamente as exportações moçambicanas. Em paralelo, conforme ficou evidenciado na Conferência sobre o Clima - COP 30, realizada recentemente em Belém, Brasil, cresce a pressão internacional para que os países adoptem políticas económicas alinhadas com as mudanças climáticas.

Neste sentido, as grandes economias estão a acelerar transições para a energia limpa, o que tem implicações nos investimentos globais e nas cadeias de valor onde Moçambique pretende se integrar.

22. Destacou a necessidade de mobilizar triliões de dólares em financiamento climático para apoiar países em desenvolvimento na transição energética e adaptação, facto que encontra-se alinhado com a nossa Estratégia Nacional de Financiamento Climático 2025-2034, que tem como uma das prioridades mobilizar recursos financeiros para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas.

23. A região da SADC tem enfrentado desafios climáticos recorrentes (secas, ciclones e cheias), que continuam a impactar negativamente a agricultura, energia e infra-estruturas, limitando o potencial de crescimento e aumentando a pressão sobre as finanças públicas. Contudo, sectores estratégicos como energia, agricultura adaptada, tecnologia digital e infra estruturas continuam a oferecer oportunidades para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

24. Sublinhou que perspectiva-se que a região tenha uma taxa de crescimento média de cerca de 3% entre 2025 e 2026. Prevê-se que até finais de Dezembro de 2025, a economia nacional recupere algum fôlego, depois dos efeitos das tensões pós-eleitorais, que se fizeram sentir no 4º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025, tendo se registado uma contracção de 3.9% no 1º Trimestre de 2025, seguida de uma contracção de 0,9% no 2º trimestre e de 0,85% no 3º trimestre, contra uma previsão de 2,9% constante no PESOE 2026.

25. No que se refere aos preços, fez referência à previsão da persistência da estabilidade do nível geral de preços, prevendo-se que a inflação média continue em um dígito em 2026, a semelhança do ocorrido em 2025. Para 2026, a projecção inicial de crescimento do PIB fixada em 3,2%, poderá ser revista em baixa, ficando na banda de 2,8%.

26. Em termos macroeconómicos, disse haver sinais bastante encorajadores:

- A inflação, que chegou a níveis elevados no período pós-pandemia, tem vindo a recuar, tendo sido de 4,8% em Outubro corrente, depois de em Setembro ter estado no patamar de 4,9%;
- O metical revelou relativa resiliência quando comparado com outras moedas;

- As reservas internacionais têm sido geridas com prudência; e
- O país tem procurado reforçar a disciplina fiscal, num contexto em que o espaço orçamental é limitado e as necessidades sociais são grandes.

27. Sua Excelência o Ministro destacou também as prioridades por área de actuação do Ministério, sendo: i) Planificação: integrar a planificação, orçamento e execução; reactivar PPF; focar na segurança alimentar, PME's e combate às desigualdades; ii) Desenvolvimento integrado: empoderamento das comunidades; expansão de financiamento; fortalecimento das capacidades locais; iii) Políticas económicas: transformar o MPD em “tanque de pensamento”; reforçar estudos com base em evidências; aproveitar o dividendo demográfico; iv) Investimentos estratégicos: atrair investimentos; implementar PII, PRECE e PEDEC; promover PPPs e integração das PME's; v) Monitoria e Avaliação: adoptar metodologias modernas, tecnológicas e adaptativas; e (vi) Financiamento Climático: mobilizar recursos e transformar riscos em oportunidades.

28. Ainda na sua alocução, o Ministro destacou a importância do MPD adoptar uma abordagem estratégica de antecipação aos eventos, buscando sempre soluções de longo prazo e estruturais, enfatizando a necessidade de uma maior colaboração para o alcance de maiores e melhores resultados, evitando duplicações e harmonizando prioridades;

29. Acrescentou referindo que o Conselho Coordenador não é um encontro de rotinas, “um evento para abrir champanhe” nem uma simples apresentação de relatórios densos e eruditos. “Viemos

aqui para nos olhar ao espelho, e olhar para a real imagem que transmitimos à sociedade, sem máscaras nem atitudes voluntaristas”.

30. Aludiu que a aposta é na melhoria continua e por isso a preocupação em:

- Aferir a forma como planificamos, e os seus resultados;
- Avaliar os mecanismos de formulação e coordenação de políticas e estratégias de desenvolvimento;
- Discutir a eficácia do sistema de monitoria e avaliação;
- Identificar os dispositivos mais apropriados para atrair investimentos para as zonas rurais e para as zonas urbanas;
- Reflectir sobre as alternativas mais adequadas para fazer a análise de políticas públicas, e de como poderemos implementá-las de forma racional e criativa; e
- Pensar profundamente sobre como podemos fazer a entrega de resultados ao país.

31. Sua Excelência, o Ministro disse que estar-se naquele evento para reflectir não apenas sobre os instrumentos em uso actualmente, mas também sobre os processos, as metodologias, a articulação institucional, as inovações a introduzir e sobre o impacto real do nosso trabalho.

32. Foi mais além ao afirmar que aquele era o momento apropriado para: (i) Alinhar visões; (ii) Ajustar prioridades; (iii) Corrigir rumos; (iv) Institucionalizar procedimentos; novas metodologias; (v) Deixar de “trabalhar em silos” e passar a trabalhar como um ecossistema único; (vi) Acelerar a inovação em todas as atribuições e competências do Ministério; (vii) Adoptar uma cultura organizacional que premeia o mérito, e que seja mais colaborativa, mais integrada, e mais orientada para resultados.

33. Rematou afirmando que quando sofre-se a tentação de trabalhar de forma fragmentada, a instituição perde a velocidade, o foco e a empatia. Pelo que, é urgente ligar agendas, harmonizar

prioridades, evitar duplicações, racionalizar recursos e transformar vários caminhos paralelos numa rota comum e agenda partilhada.

34. Chamou atenção para que “não nos demos ao luxo de manter o fosso entre planificar, orçamentar e executar.” Transmitiu que este é talvez o maior desafio que se tem pela frente. “Temos de quebrar o ciclo vicioso de: planificar com ambição, orçamentar com limitações e executar com dificuldades”, sob pena de o resultado ser de muitos planos ficarem no papel e muitas intenções ficarem no discurso.

35. Destacou a estrutura demográfica de Moçambique que representa uma oportunidade estratégica para acelerar o desenvolvimento económico. Há que conseguir transformar o peso populacional jovem em capacidade produtiva. Com quase 80% da população abaixo dos 35 anos e 50% com menos de 16 anos, o país encontra-se diante de um dividendo demográfico que cabe-nos maximizar o seu aproveitamento, para sustentar a expansão da força de trabalho, a inovação e o empreendedorismo.

36. Destacou que o cenário implica investir de forma deliberada em educação técnica e profissional, agricultura modernizada, serviços digitais e indústrias emergentes, o que permitirá transformar esse potencial em produtividade real, sobretudo numa economia onde a maioria da população vive em zonas rurais (65%) e depende da agricultura de baixa produtividade para sobreviver.

37. Explicou que o dividendo demográfico significa capacitar a juventude rural, acelerar a mecanização agrícola, promover acesso à terra, crédito e tecnologias adaptadas, e criar incentivos para transformar a agricultura de subsistência em agricultura comercial competitiva. Assim, a energia e a criatividade da juventude moçambicana podem ser orientadas para dinamizar o crescimento económico, reduzir desigualdades e sustentar um desenvolvimento inclusivo e sustentável. É isso que o país precisa, e é nisso que temos de nos concentrar.

38. Ao terminar sua intervenção, Sua Excelência o Ministro, citou Sua Excia o Presidente da República, como tendo dito no discurso de tomada de posse que, “a planificação deve ser assertiva e reflectir os reais anseios da sociedade” pelo que, referiu que os planos por si só não transformam

economias e sociedades, sendo necessária a capacidade de executá-los com disciplina, acompanhamento permanente e responsabilização clara que determina resultados concretos na vida das famílias, das empresas e dos territórios.

39. Sua Excelência o Ministro prestou uma homenagem aos antigos Ministros das áreas de Planificação e Desenvolvimento, nomeadamente o Dr. Marcelino dos Santos (a título póstumo), Dr. Mário da Graça Machungo (a título póstumo), Dr. Tomás Salomão, Dra. Luísa Diogo, Dr. Adriano Maleiane, Dr. Aiúba Cuereneia e Dr. Ernesto Max Tonela, pelo contributo inestimável na construção e fortalecimento institucional do sector, bem como a visão estratégica e compromisso com o serviço público deixado como legado incontornável no Ministério.

40. Homenageou com Diplomas de Mérito os dignatários presentes no evento, designadamente o Dr. Tomás Salomão, o Dr. Aiuba Cuereneia e o Dr. Adriano Maleiane, e teceu palavras de gratidão e encorajamento, sublinhando a importância da continuidade do trabalho em prol da planificação e desenvolvimento do país, tendo com isto terminado a sessão de abertura, depois da “foto da família do MPD” e dos convidados.

41. Balanço das Actividades Realizadas em 2025, Desafios e Perspectivas para 2026

- A apresentação foi feita pelo Dr. Cláudio Cuambe, Director Nacional Adjunto de Desenvolvimento Integrado que iniciou com uma contextualização sobre a criação e o enquadramento institucional do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, destacando o quadro legal que institui o MPD, bem como o seu Estatuto Orgânico e Regulamento Interno, instrumentos essenciais que orientam e asseguram o pleno funcionamento do Ministério;
- Seguidamente, foi partilhada a estrutura orgânica do MPD, tendo apresentado o número de Funcionários e Agentes do Estado do Ministério e das instituições tuteladas, distribuídos por género, faixa etária e nível académico.
- Destacaram-se como principais actividades realizadas e de grande impacto em 2025, a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2025–2044, do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2025–2029 e do PESOE 2025, incluindo os respectivos balanços e a Proposta do PESOE 2026.

- Foram apontados como desafios: (i) a necessidade de garantir que as alocações orçamentais estejam alinhadas aos planos de desenvolvimento nacional, em colaboração com o MF; ii) a necessidade de informatizar os processos de recolha de dados e produção de relatórios baseados em evidências para a tomada de decisão; (iii) Fortalecer a capacidade dos recursos humanos e tecnológicos para monitorar e avaliar políticas

públicas de forma eficaz; e, iv) Mobilizar recursos e implementar projectos que respondam às mudanças climáticas;

- Em termos de perspectivas, prevê-se: Assegurar o alinhamento das estratégias sectoriais e territoriais à ENDE; Elaborar relatórios de conjuntura económica; Consolidar o subsistema de Monitoria e Avaliação; Monitorar e avaliar as políticas, estratégias, programas e projectos estruturantes; Realizar o processo de consulta e auscultação no âmbito da revisão da política de população; Elaborar uma base de dados de indicadores de desenvolvimento; Realizar auditorias temáticas em projectos e programas financiados por parceiros internacionais; Criar indicadores de desempenho do controlo interno (KPI - Indicador Chave de Desempenho).

42. Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDE 2025-2044

- Esta foi apresentada pelo Doutor Teles Huo, Director Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, que definiu a ENDE como um instrumento orientador que define a visão e os objectivos de desenvolvimento de longo prazo do País e constitui o principal instrumento de referência para a formulação e alinhamento de políticas públicas, estratégias, programas e planos, garantindo a coerência e a orientação estratégica ao desenvolvimento nacional, e a sua estrutura assenta em cinco pilares estruturantes.
- Foram destacados como desafios: i) A disseminação e apropriação da ENDE que ainda é limitada; ii) capacidade técnica desigual entre sectores e províncias; iii) Integração frágil entre planificação, orçamentação e monitoria; e iv) limitações estatísticas e uso de dados;

Em termos de perspectivas, prevê-se: i) a disseminação nacional da ENDE e sensibilização de gestores, decisores, funcionários, empresários, outros grupos sociais e o público em geral; ii) Capacitação técnica para alinhamento sectorial e provincial; iii) Elaboração de relatórios periódicos de progresso; iv) Integração plena da ENDE no

Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação (SINAMA) para monitoria e avaliação contínua; v) Implementação orientada por resultados e impacto; vi) Coordenação interministerial e territorial reforçada; vii) Harmonização contínua entre planificação, orçamentação e monitoria; viii) Necessidade de inclusão do relatório de desempenho dos Objectivos de Desenvolvimento

- Sustentável, Agenda 2030, uma vez que este deve ser apresentado por Sua Excelência Daniel Chapo, Presidente da República em no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas que vai decorrer em Julho de 2026;

43. Plano de Recuperação e Crescimento Económico (PRECE 2025-2029)

- Foi apresentado pelo Dr. Ângelo Nhalidede, Director Nacional de Investimentos Estratégicos e Cooperação que referiu que este instrumento é de médio prazo e constitui a resposta do Governo para promover a recuperação e estabilização da economia nacional, que foi severamente afectada pelo contexto económico internacional, as consequências nefastas das manifestações pós-eleitorais de 2024, bem como as mudanças climáticas,;

- Referiu-se que o PRECE vai reforçar a confiança no sector financeiro, o aumento da capacidade produtiva da economia, assim como uma maior disponibilidade de divisas no mercado;

- **Foram destacados como desafios:** O PRECE não substitui os instrumentos de planificação, buscando acelerar o que já está previsto nos instrumentos de planificação e orçamentação; O PRECE não descarta as zonas rurais, mas busca olhar para o local com maior incidência, para inverter a tendência de desaceleração da actividade económica e ao facto de as empresas terem sido afectadas por choques internos e externos;

- Em termos de perspectivas, foi referido que o País pretende captar investimentos de diversas fontes, incluindo os relacionados com os mercados

de carbono, não apenas no sector florestal, mas também em outras áreas, como energias renováveis e transportes.

- **Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC 2025-2034)**

- Foi apresentado pelo Dr. Albano Manjate, Director Nacional de Financiamento Climático, que referiu que a Estratégia fornece o enquadramento institucional e de políticas para captar mais investimento climático com o objectivo de orientar os diferentes actores-chave na mobilização do financiamento climático, visando aumentar os recursos financeiros para o financiamento da economia, garantindo a transparência e eficiência na alocação dos recursos destinados à acção climática.
- Destacou-se ainda que a ENFC prioriza o financiamento através de donativos, troca da dívida por clima, seguro de risco climático, financiamento baseado em previsões e créditos de carbono.
- Salientou-se que como resultado da implementação da ENFC, espera-se: i) ter um o quadro legal e regulatório melhorado que permitirá a realização de investimentos sustentáveis; ii) criados produtos financeiros verdes inclusivos, beneficiando as MPME's; iii) reforçada a mobilização de recursos domésticos para acção climática; iv) estabelecidos mecanismos inclusivos de coordenação interinstitucional; v) um subsistema de monitoria, reporte e verificação dos fluxos de financiamento climático.
- **Foram destacados como desafios:** i) Identificar acções críticas, definir prazos e intervenientes chaves e elaborar uma matriz de acções para a operacionalização da ENFC; ii) A operacionalização da Estratégia requer sessões de reflexão e divulgação junto dos diferentes actores à todos níveis, e a focalização em acções concretas,

como por exemplo o estabelecimento do Fundo Climático de Moçambique, que já está em curso; iii) Mapear e aproveitar as oportunidades de financiamento climático actualmente disponíveis, por exemplo: Troca de dívida por clima da *Eurobond* de USD 900 milhões, cujas amortizações iniciam em 2028; 40 milhões de USD do Fundo de Adaptação, ainda não solicitados, que Moçambique deve submeter uma proposta de projecto;

Em termos de perspectivas: Ligação da ENFC com outros fundos públicos, tais como FAIJ, FDEL, dentre outros; Sensibilidade do PRECE em relação aos indicadores da área rural; Necessidade de incorporar a representação dos governos

- locais nos mecanismo de coordenação; necessidade de avaliar as políticas aprovadas e implementadas pelo Governo e partilhar os resultados alcançados; Explicação sobre a temática do crédito de carbono e os seus mecanismos de implementação.

45. Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL)

- Este tema foi apresentado pela Dra. Deodete Chachuaio, Directora Nacional de Desenvolvimento Integrado que começou referindo que o FDEL é um instrumento de transformação económica e social, criado para colocar os recursos do Estado ao serviço das comunidades, dos jovens e das mulheres, aproximando o investimento público da iniciativa privada local, de pequena dimensão;
- Foi colocado como prioridade, o estabelecimento do FDEL Labs, através de centros provinciais de inovação e aceleração de negócios, que funcionarão como incubadoras locais de empreendedores; Mobilização de parceiros para operacionalizar a Plataforma FDEL-Digital, e estabelecimento de outras plataformas similares no âmbito do financiamento ao empreendedorismo juvenil, uso de soluções tecnológicas como um instrumento para fortalecer a confiança e transparência, permitindo uma melhor monitoria e gestão do FDEL.

- Foram destacados como desafios: a necessidade de se garantir a complementaridade entre os diversos Fundos do Governo; assegurar que o FDEL tome em consideração os projectos relacionados com a acção climática; a necessidade de reflexão acerca das quotas/critérios de alocação para os homens, alocação para as mulheres e jovens; a necessidade de melhorar a coordenação entre os dois órgãos provinciais no acompanhamento da gestão dos Fundos do FDEL; a fraca submissão de propostas por parte das MPME's, sugerindo-se a coordenação com o IPEME's para melhorar a assistência às empresas; Necessidade de capacitação das Comissões de Avaliação de projectos no domínio das TIC's; a necessidade de tornar a plataforma do FDEL inclusiva, sensível a pessoa com deficiência;
- Em termos de perspectivas: Referiu-se que a plataforma do FDEL será provisoriamente hospedada na UEM; assegurar que no prazo de 15 dias (após o término do CC) a plataforma do FDEL esteja operacional e o MPD deve-se responsabilizar pela gestão da mesma; a plataforma deve garantir a segurança cibernética; os proponentes de projectos do FDEL com limitações no manuseio deverão solicitar assistência para o acesso e introdução de dados na plataforma.

46. Relatório Balanço das Actividades do INE

- Foi apresentado pela Dra. Marta Chaquice, Directora de Planificação do INE. Destacou que o INE é a entidade central responsável pela produção, coordenação e disseminação da estatística oficial no País; a produção de indicadores estratégicos pelo INE não só sustenta a monitoria e avaliação do PQG, mas também permite acompanhar o progresso nacional em relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando que Moçambique apresente informação estatística coerente e comparável em fóruns regionais e internacionais;
- Acrescentou que o INE tem intensificado iniciativas de modernização dos seus processos de produção estatística, embora esta visão seja transversal à todas as áreas de actuação da instituição, a preparação e realização do Recenseamento Geral da

População e Habitação (RGPH 2027) numa base totalmente digital continua a exigir uma atenção acrescida, bem como uma capacidade inovadora e criativa por parte do INE;

- **Foram destacados como desafios:** Conclusão da recolha de dados do Censo Agro-Pecuário (CAP) 2024-2025; implementadas acções preparatórias do RGPH 2027, incluindo: o lançamento do Projecto do Censo, recrutamento de agentes cartográficos e digitalizadores, troca de experiência e capacitação em matérias de recolha digital e mobilização de recursos necessários para a realização do Censo; foram produzidas e disseminadas as Contas Nacionais e Provinciais, com periodicidade trimestral e anual, o Índice do Preço no Consumidor (inflação), nacional e provincial, com periodicidade mensal;

produzidas e disseminadas as estatísticas económicas básicas (Índice de Actividades Económicas, Índice de Clima e de Confiança Económica, Índice de Produção Industrial, Índice de Preço de Produção Industrial); foram produzidas e disseminadas as estatísticas sectoriais, incluindo o comércio exterior, transportes e comunicações.

- Em termos de perspectivas, está programada a elaboração e divulgação de 15 estudos temáticos do Censo Agro-pecuário; a divulgação dos resultados finais do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2025; divulgação dos resultados finais do Censo das Empresas (CEMPRE); a actualização da cartografia censitária em preparação do V Censo da População e Habitação (2027); desenvolver e adoptar o manual de identidade visual do Censo 2027.

47. Relatório-Balanço da Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (ADVZ)

- Foi apresentado pelo Dr. Celso Cunha, Director Geral da ADVZ que começou por destacar que as prioridades Estratégicas da ADVZ são a dinamização do Sector Privado através de Mecanismos de Financiamento e Parcerias Público-Privadas

(PPP); Desenvolvimento de Infra-estrutura Económica, Logística e Comercial; Promoção da Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial; fortalecimento do Turismo Sustentável e Competitivo; Impulso ao desenvolvimento institucional, organizacional e do capital humano;

- Dentre outras actividades, destacou-se a realização da consultoria de formação de 5.000 pequenos produtores e produtores emergentes, 2.500 Comerciantes da linha de fronteira; 1.500 Certificação sobre Marketing e *Branding*; treinados em diversas áreas 304 jovens prestadores de serviços e reclusos, no âmbito do projecto de integração social e económica de jovens, em parceria com Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) e Serviço Cívico de Moçambique (SCM) – Programa INTEGRA; incubação de 157 MPME's, que

beneficiaram de programas nas várias unidades; estabelecimento de 3 Unidades de processamento de arroz em Sofala e 4 Unidades de processamento de feijões, sendo 1 em Tete, 2 em Sofala e 1 na Zambézia e operacionalizadas 2 unidades de processamento frutas na Província de Manica; no âmbito do programa MANGWANA, que actua no Corredor da Beira, financiou 17 micro, pequenas e médias Empresas e 207 produtores, orçado em 63 milhões de meticais na Província de Manica e 14 micro, pequenas e médias empresas e 119 produtores da Província de Sofala, orçado em cerca de 41 milhões de meticais;

- Salientou-se, ainda, que no âmbito do Fundo Catalítico de Inovação e Demonstração foram financiadas 40 empresas num orçamento de 20 milhões de Dólares na segunda e terceira edições;

- **Em termos de perspectivas**, espera-se a aceleração da Execução de Projectos Estruturantes (Vilas do Zambeze, Expo-Zambeze; operacionalização do Centro de Negócios de Mocuba; operacionalização do Plano Especial de Ordenamento Territorial (PEOT); expansão e consolidação dos programas de financiamento como

FAE, FCID, FINOVA e MANGWANA; o estabelecimento de 4 PPP's para a viabilização do sector extractivo e a conclusão de projectos GV4–EU e EKN, MSP– EKN e AgroBiz - MAAP.

48. Relatório-Balanço da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)

- Foi apresentado pelo Eng. Haggai Mário, Coordenador da área de Estudos e Desenvolvimento Institucional da ADIN. Referiu que o objecto da ADIN é a coordenação e articulação institucional e gestão de programas para impulsionar um desenvolvimento inclusivo, harmonioso e sustentável da região Norte do país;

- As prioridades estratégicas da ADIN estão assentes na Política e Estratégia de Gestão de Deslocados (PEGD); no Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte

(PREDIN); no Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD 2021-2024), bem como na Estratégia de Desenvolvimento Institucional da ADIN (EDI);

- Dentre outras actividades, destacou-se a implementação de projectos através do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (PREDIN), que tem vindo a implementar 52 projectos, dos quais 8 em Niassa, 29 em Cabo Delgado e 15 em Nampula;

- Para o período em análise, referiu-se com maior destaque à assinatura de vários memorandos com vista a impulsionar mais investimentos estruturantes visando a reconstrução de infra-estruturas socioeconómicas para facilitar a produção, transformação, escoamento e comercialização de produtos agro-pecuários, o que irá permitir a criação de oportunidades de emprego temporários durante a implementação dos projectos a 24.000 pessoas, sobretudo aos jovens e mulheres,

bem como a prestação de serviços básicos às populações vulneráveis, a saber: (i) com a Fundação FLNG, para implementação de projectos de construção e manutenção de infra-estruturas viárias e de acesso; (ii) com a Total Energies, para a promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável e geração de emprego para jovens nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia; (iii) com a MozParks, para desenvolver Parques Industriais e aldeias de PME's na Região Norte, criação de emprego e geração de renda; e (iv) com o projecto RISE-PS, para a promoção de Paz e Segurança na região, promoção de acções de reabilitação de diversas infra-estruturas sociais e comunitárias, capacitação e financiamento de MPME's, implantação de uma vila de PME's em Afungi, e instalação de uma Unidade de Financiamento de Projectos de PME's.

Em termos de perspectivas, prevê-se a implementação dos principais projectos com financiamento assegurado, em que a ADIN vai reforçar a coordenação para implementar iniciativas que irão promover o desenvolvimento das cadeias de valor da Agricultura, Pescas e Recursos Minerais; prevenir o alastramento do extremismo violento, promover a coesão social, paz e direitos humanos, bem como reforçar a resposta ao conflito na região, nomeadamente: (i) Programa AGRONORTE; (ii) Projecto de Industrialização (Processamento Local); (iii) Projecto Bola de Esperança (abrangendo todas as localidades da região Norte); (iv) Projecto de Reconstrução de Quissanga; e, (v) Programa de Apoio as Vítimas do Terrorismo, e ainda a operacionalização do Sistema de Gestão de Projectos do Norte, uma plataforma digital para monitoria e avaliação de todos os projectos implementados na região Norte.

49. Relatório-Balanço do Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia (FARE)

- Foi apresentado pelo Dr. Augusto Isabel, Director Geral do FARE. Referiu que o FARE deu enfoque principal a implementação de actividades no âmbito do Projecto de Financiamento aos Empreendimentos Rurais (REFP);
- Partilhou os principais resultados alcançados na implementação de Políticas, Programas e Projectos de Financiamento Rural, acesso à serviços financeiros pelos mais

pobres, vulneráveis e excluídos das oportunidades, com destaque para fortalecimento de 5.610 Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (ASCAS).

- **Em termos de perspectivas,** prevê-se garantir a sustentabilidade e o crescimento do Fundo de Facilidade de Investimento e Financiamento-FIF; transformação do FARE em Instituição Financeira de Desenvolvimento de Apoio à População de Baixa Renda, Vulnerável e Desfavorecida (pobres e desprovidos de meios básicos de subsistência).

50. Relatório-Balanço do Secretariado do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP)

- Foi apresentado pelo Dr. Momade Saide, Director Geral do Secretariado do MARP. Começou por referir que o objectivo do MARP é promover a adopção de políticas, padrões, normas e práticas que conduzam à estabilidade política e crescimento económico, troca de experiências e reforço de boas práticas, nomeadamente através da identificação de desafios e da avaliação de necessidades de capacitação e aprimoramento;
- Relativamente às realizações do MARP, foram destacadas as seguintes: i) Participação em Fevereiro de 2025, em Adis Abeba, na 32ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do MARP, à margem da 38ª Assembleia da União Africana; ii) Participação

em Março de 2025, em Johannesburg, no 6º Fórum Anual de Metodologia: Retiro Sobre as Estruturas Nacionais; iii) Participação em Setembro de 2025, em Swakop, Namíbia, na reunião de validação do índice de Governança.

- Em termos de perspectivas, espera-se i) Conclusão do Relatório de Progresso do MARP, a ser presente à 35ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do MARP, em Fevereiro de 2026 e posterior divulgação; ii) Participação na 39ª Sessão Ordinária dos Ministros Pontos Focais MARP, a ter lugar em Adis

Abeba, no dia 09 de Dezembro do corrente ano, cujos pontos principais da agenda incluem, a preparação da Cimeira do MARP de Fevereiro de 2026; iii) Iniciar a preparação da 3ª Avaliação do País, cobrindo as principais áreas temáticas do MARP, nomeadamente: Democracia e Governação Política; Gestão e Governação Económica; Governação Corporativa e Desastres Naturais.

51. Relatório-Balanço do *Millenium Challenge Account* Moçambique (MCA – Moçambique)

- Foi apresentado pela Dra. Augusta Maíta, Directora Executiva do MCA – Moçambique que destacou que o objectivo do MCA é a redução da pobreza através do crescimento económico sustentável em Moçambique, fortalecendo a boa governação, liberdade económica e investimento no povo moçambicano.
- Visa igualmente a redução de custos de transporte; o investimento no sector agrário, bem como nos ecossistemas costeiros sustentáveis. Do ponto de vista do impacto económico, prevê-se que as intervenções do MCA aliviem os principais constrangimentos ao crescimento económico com taxa de retorno mínima de 10%; a redução da pobreza beneficie directamente a população em situação de vulnerabilidade económica; e a sustentabilidade, garanta a viabilidade a longo prazo e implementação eficaz num prazo de 5 anos.
- Acrescentou-se que o ciclo de vida do Compacto II inclui três fases designadamente desenvolvimento do Compacto com duração de 24 a 36 meses; implementação do Compacto em 60 meses; e encerramento do Compacto com duração de 4 meses.
- A Principal zona de implementação é a Província da Zambézia e inclui o projecto de conectividade e transporte rural, o projecto PRIA – agricultura comercial, e o projecto de meios de vida costeiro e resiliência.

- As principais realizações do Compacto II serão: (i) Ponte do rio Licungo e *Bypass* de Mocuba; (ii) Estradas Rurais (Magige-Cuamba e Malei-Mocuba); (iii) Reformas de Políticas e Institucionais; (iv) Acordos de implementação assinados com ProAzul e BIOFUND; (v) Reformas e Apoio Institucional; (vi) Plataforma ZCAP (agricultura).
- **Em termos de perspectivas**, está prevista a contratação do empreiteiro para a ponte do rio Licungo e Circular de Mocuba bem como o início da sua mobilização; finalização do pacote legislativo: simplificação do IVA, reembolso do IVA e redução do IRPC; e a aprovação da área geográfica final do projecto.

SEGUNDO DIA: 04 de Dezembro de 2025

Os trabalhos do segundo dia começaram com a apresentação da síntese do primeiro dia, feita pelo Dr. Miguel Miranda, quadro do MPD. De seguida foi feito o debate sobre as realizações, resultados, desafios e perspectivas das instituições tuteladas, seguida das seguintes apresentações:

52. Relatório - Balanço das Actividades realizadas em 2025 das Direcções e Serviços Provinciais da Região Norte

- Foi apresentado pela Dra Nice Correia, Directora Provincial do Plano e Finanças de Cabo Delgado. Partilhou a situação actual da Região Norte, os principais avanços, desafios e perspectivas até ao III Trimestre de 2025, onde destacou-se: Potenciar os corredores de

desenvolvimento; Reforçar o transporte e logística; Reforçar a protecção das fronteiras internacionais; Fortalecer a resiliência agrícola, promovendo a capacidade dos produtores; Melhorar a nutrição e segurança nutricional das comunidades locais; Desenvolvimento da cadeia de valor da produção local; Promover a gestão sustentável de recursos naturais e a protecção ambiental; Promover a estabilidade e a coesão social nas comunidades;

- Em termos de principais Intervenções, destacam-se as seguintes: aquisição e alocação de 1.200,7 toneladas de sementes de culturas diversas; aquisição e distribuição de 204 unidades de gado bovino e 145 de gado caprino; distribuídos 203 kits de processamento, manuseamento e conservação nos distritos de Metuge (97), Mecúfi (67) e Palma (39), no contexto do Programa Mais Peixe, levado a cabo pelo ProAzul; Instaladas a Plataforma e-BAÚ em 17 Distritos; adquiridos e alocados 625 kits de auto-emprego aos jovens;
- Foram igualmente adquiridas e alocadas 5.046 carteiras escolares; garantida a disponibilidade de medicamentos essenciais nas Unidades Sanitárias (US); concluídos 4 Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e ainda, em curso, a construção de 32 SAA e decorre a construção da Escola Secundária de Piqueira (Moma).
- Em termos de perspectivas: Na questão da mobilidade dos jovens, atenção particular dever ser dada à região norte, em particular a Província de Nampula, que actualmente recebe um grande fluxo de emigrantes deslocados, devido a questão conjuntural que se vive na região. Relativamente a situação generalizada de migração dos jovens, deve ser contida através de desenvolvimento de cadeias de valor nas áreas de proveniência; Foi recomendado o aprimoramento da estrutura padrão de apresentação de relatórios para este tipo de eventos e outros para todas as províncias.

53. Relatório-Balanço das Actividades realizadas em 2025 das Direcções e Serviços Provinciais da Região Centro

- Foi apresentado pela Dra. Paula Corda, Directora Provincial do Plano e Finanças de Tete. Apontou que em termos de principais realizações, foram destacadas algumas nas áreas da

construção e apetrechamento como: a reabilitação e expansão da E-NI Nicoadala / Namacurra e NI0 Nicoadala / Quelimane; Concluídos 3 SAA nos distritos de Namarroi (Regone), Quelimane (Marrongane), Inhassunge (Gonhane); Entrada em funcionamento de 3 Centros de Saúde tipo II de Maticula (Derre), Garganta (Namarrói), Nhacatundo (Mopeia) e Bloco operatório de Ile; Construídas 300 salas de aula nas Escolas Primárias sendo: Distrito de Beira (47), Dondo (06), Nhamatanda (137), Búzi (22), Cheringoma (36), Muanza (06), Gorongosa (11), Caia (05) e Maríngue (30);

- Relativamente aos constrangimentos e desafios, foram elencados os seguintes: Falta de recursos para viabilização de infra-estruturas; insuficiência de meios de transporte para a monitoria de projectos ao nível dos distritos, condicionando a sua implementação em tempo previsto; Falta de bancos para financiamento agrário; Poluição dos rios por mineração ilegal;

- **Em termos de perspectivas,** prevê-se a retoma da reabilitação do edifício do Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado de Manica; assegurar o financiamento climático e expansão e apetrechamento de infra-estrutura sociais.

54. Relatório-Balanço de actividades realizadas em 2025 das Direcções Provinciais da Região Sul

- A apresentação foi feita pelo Dr. Paulino Naife, Director dos Serviços Províncias de Economia e Finanças da Província de Maputo. Começou por referir que a região continua a implementar programas que visam impulsionar o crescimento, a produtividade e a

competitividade, baseada em acções orientadas para a produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas da população, tendo como principais vectores: (i) agricultura, (ii) pecuária, (iii) pesca, (iv) turismo, (v) comércio e (vi) serviços, capitalizando a utilização de recursos naturais.

- No que concerne às prioridades estratégicas, destacou-se i) a dinamização e diversificação da economia regional, através da promoção de pólos de agro-indústria; o desenvolvimento de agrupamentos de turismo costeiro e ecoturismo, bem como incentivo à indústrias de energia renovável; ii) o reforço de infra-estruturas e conectividade, com destaque na reabilitação de estradas secundárias e terciárias, melhoria de acesso à energia, água e saneamento e

consolidação do corredor logístico Maputo–Ressano Garcia–Gauteng e Maputo–Xai-Xai– Inhambane; iii) Desenvolvimento de capacidades humanas para reduzir o desemprego juvenil, através de intervenções relativas à expansão da formação técnico-profissional (turismo, agro-processamento, logística, energias renováveis) e criação de centros provinciais de formação e incubação de PME; iv) Fortalecer resiliência climática e gestão ambiental; e v) Melhorar a governação e eficiência administrativa.

- Em termos de perspectivas, está prevista a implementação de projectos em carteira por cada província, nomeadamente, Maputo-Cidade: (i) Construir e apetrechar 02 Postos Policiais; (ii) Construir 01 edifício multiuso para o CSRECM; (iii) Reabilitar o Centro de Saúde de Bagamoyo e o edifício de Banco de socorros do Hospital Geral do Chamanculo; (iv) reabilitar os edifícios do GSE e do Serviço da Economia e Finanças; (v) Adquirir e distribuir 2.000 carteiras escolares; **Província de Maputo:** (i) Construção da Estrada Moamba-Magude-Xinavane; (ii) construção da Barragem Moamba-Major, (iii) implantação do Sistema de energia eólica de Namaacha; (iv) Reabilitação e alargamento da NI Benfica – Incoluane, (v) Construção da ponte e bacias de retenção no rio Umbelúzi; (vi) reabilitação do dique da Ilha Josina Machel, no Distrito da Manhiça; **Gaza:** (i) Construção da Barragem e instalação do Porto Seco em Mapai; (ii) Barragem de Mapai; (iii) Construção da estrada Chinhacanine-Dindiza-Maxaila-Massangena; (iv) Construção da ponte sobre o Rio Save – Massangena-Machaze; (v) Construção da linha férrea Massangena-Dondo; (vi) Reabilitação da estrada R445 Macarretane-Massingir; e **Inhambane:** (i) Operacionalização do regadio de

Chimunda, e conclusão do reassentamento em Govuro; (ii) Construção das estradas N222 Mapinhane-Mabote-Phafuri, N444 Massinga-Funhalouro, N5/242 Lindela-Cidade de Inhambane-Tofo, incluindo Barra; (iii) Construção da cidadela administrativa na cidade de Inhambane; (iv) Instalação de um Parque Industrial (v) implantação de uma *Smart City* (Cidade Inteligente) no Distrito de Zavala (Quissico);

- Das apresentações atinentes aos relatórios regionais (Norte, Centro e Sul), foram levantadas as seguintes questões e contribuições: i) tomar medidas de contenção da mobilidade de jovens, em especial das províncias de Gaza, Inhambane,

24. Zambézia e Cabo Delgado para as Cidades de Maputo, Matola e Nampula; ii) esperava-se que as províncias mencionassem acerca da implementação dos projectos financiados pelos 10% das receitas de exploração mineira.

TEMAS APRESENTADOS E DISCUTIDOS EM GRUPO

55. Programa Integrado de Investimentos (PII 2026-2030)

- Foi apresentado pelo Dr. Lourenço Sambo, Assessor do Ministro da Planificação e Desenvolvimento. começou por referir que o PII 2026–2030 constitui o instrumento central de coordenação estratégica do investimento público e privado, alinhado com a ENDE 2025– 2044 e o PQG 2025–2029, através da organização de projectos estruturantes em torno de prioridades macroeconómicas, sectoriais e territoriais.
- A sua abordagem integra projectos âncora e intervenções complementares que reforçam a competitividade, a conectividade logística e a coesão territorial, promovendo encadeamentos produtivos, eficiência do investimento e impacto económico sustentável.
- O portfólio do PII inclui 15 projectos estruturantes com elevado impacto económico e territorial, actuando como motores de industrialização e integração regional, intervenções complementares que reforçam infra-estruturas de transporte,

energia, irrigação, água, formação e regulação, assegurando a viabilidade dos projectos âncoras.

- Em termos de perspectivas: Necessidade de assegurar o alinhamento dos diferentes planos de investimento; Necessidade de ter projectos estruturantes para capitalizar as oportunidades dos fundos globais para fortalecer a resiliência climática; Foi referido que o PII deve integrar o projecto de reabilitação da estrada NI, de forma global e não fragmentada em troços de estrada dentro de projecto âncora por região/província; o PII deve indicar de forma clara quais são os projectos que devem ser financiados por via de donativos, créditos ou PPP's; Revisitar os projectos que constam do PEDEC-Nacala, projectos em carteira nos planos sectoriais e territoriais para priorizar e integrar ao PII; Foi sugerida a inclusão no PII da extensão da plataforma marítima continental de 200 para 350 milhas;
- Incluir critérios de avaliação de impacto social, climático e ambiental na selecção dos projectos âncora no âmbito do PII.

56. Plano Estratégico do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (PEMPD 2026-2035)

- Foi apresentado pela Enga. Cristina Matusse, Directora Nacional de Planificação. Esta, referiu que o plano, visa consolidar o MPD como órgão central do Estado na coordenação da planificação, desenvolvimento, investimento, monitoria e avaliação das políticas públicas. O plano orienta a actuação institucional, define prioridades estratégicas e preconiza os seguintes objectivos estratégicos: i) Liderança Institucional e Integração; ii) Transformação Digital; iii) Desenvolvimento Territorial e Inclusão Social; iv) Financiamento para o Desenvolvimento e v) Desenvolvimento do Capital Humano.
- Com a implementação dos objectivos estratégicos espera-se ter: i) quadros altamente capacitados, garantia de coerência estratégica e impulso à transformação institucional prevista até 2035; ii) fortalecimento da planificação nacional, integrando diferentes políticas públicas para o desenvolvimento; iii) instituição digitalmente integrada, com sistemas modernos e interoperáveis; iv) promoção de desenvolvimento económico inclusivo e

territorialmente equilibrado e; v) deve existir um ecossistema nacional de financiamento moderno, transparente e diversificado.

- Prevê-se que o Plano Estratégico seja um instrumento orientador para que o MPD assuma um papel determinante na articulação entre níveis da administração pública e o Estado, sociedade civil, sector privado, academia e parceiros de cooperação e outros actores, promovendo um modelo de desenvolvimento resiliente, inclusivo e sustentável.

- **Em termos de perspectivas**, dar prioridade à necessidade de coordenar de forma efectiva do processo de planificação, monitoria e avaliação; harmonização e disponibilização de dados consistentes em tempo oportuno; ajustar o PE à carta de serviços do MPD; aprimoramento da abordagem da planificação e orçamentação por programa baseada em resultados; fortalecimento do alinhamento vertical na planificação; apetrechamento do MPD de quadros capacitados e sua motivação para evitar a fuga dos mesmos;

assegurar que a M&A retroalimente o ciclo de planificação; e reflectir sobre a criação da carreira do Planificador, não limitada ao MPD.

57. Principais Inovações a Introduzir no Ministério da Planificação e Desenvolvimento

- Foi apresentado pelo Dr. Olegário Banze, Assessor do Ministro da Planificação e Desenvolvimento. Foram apresentadas propostas de 17 inovações, com foco na digitalização e desenvolvimento institucional, com vista a conduzir os destinos do país para um modelo de desenvolvimento integrado, resiliente, inclusivo e orientado para resultados.

- No domínio da Planificação, foram apresentadas 2 inovações, nomeadamente, i) Digitalização da planificação, à todos os níveis e ii) Revitalização dos Observatórios de Desenvolvimento ao nível central e territorial.

- No domínio do Desenvolvimento Integrado, destacam-se 5 inovações, designadamente, i) Plataforma Digital Integrada de Gestão do FDEL; ii) Inserção da

Abordagem *Gender Action Learning System* (GALS) na planificação; iii) Plataforma Digital “LabDesenvolve Moçambique”; iv) Mobilização de Fundos para a implementação do Programa de Desenvolvimento Económico Local (PDEL); e v) Plataforma Digital de Coordenação de Actores de Desenvolvimento.

- No domínio de Políticas Económicas e Desenvolvimento, foram apresentadas 3 inovações, nomeadamente, i) criação de um NEWSLETTER do MPD digital, como um instrumento oficial de comunicação estratégica, com periodicidade Bimensal e ii) institucionalização do Programa de Estudos, Pesquisas e Conferências Anuais como um mecanismo sistemático de produção de conhecimento estratégico, e sua divulgação, e iii) garantir um dispositivo eficaz de coordenação da implementação do PRECE 2025-2029 e a devida monitoria.

- No domínio de Investimento Estratégico e Cooperação, destacam-se 5 inovações, nomeadamente, i) estabelecimento de um Fundo de Preparação de estudos de viabilidade Projectos para a operacionalização do Programa Integrado de Investimento (PII); ii) Integração das PPP's em projectos de investimento no Sector Empresarial do Estado e das Autarquias no Módulo de Gestão de Investimento Público (e-MIP); iii) Estabelecimento de Plano Estratégico Nacional de Investimentos e Cooperação para o Desenvolvimento e Financiamento Externo que orienta a

coordenação dos parceiros e alinhamento da ajuda ao País; iv) Revitalização do Fórum de Diálogo com os Parceiros de Cooperação para reforçar a propriedade nacional sobre a agenda de desenvolvimento; v) Estabelecimento de um Sistema de Coordenação, Execução e Monitoria do PII e do PEDEC - Nacala.

- No domínio do Financiamento Climático, foram apresentadas 2 inovações: i) Desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores (Mercados de Carbono, *Green Bonds*, *Blended Finance*, Troca da Dívida por Clima); e ii) Criação e operacionalização de um repositório de documentos estratégicos, projectos e fluxos de financiamento.

- Para o domínio da Monitoria e Avaliação, foi destacada uma inovação que consiste na criação da Plataforma Digital de Monitoria e Avaliação do PESOE e Base de Dados dos Indicadores socio-económicos de desenvolvimento do país.

-
- No domínio do Controlo Interno, destaca-se a modernização do Gabinete de Controlo Interno através de plataformas digitais, auditoria baseada em risco, capacitação técnica, fortalecimento institucional e promoção da ética e integridade.
 - Referiu-se que a implementação integrada destas inovações exige uma priorização e coordenação inter-departamental, mobilização de recursos internos e externos e a sua incorporação efectiva nos planos anuais do MPD.
 - **Em termos de perspectivas**, a prioridade é garantir a digitalização de todo o sistema de planificação, monitoria e avaliação; identificar uma entidade que vai alojar as plataformas; melhorar a integração e interoperabilidade das plataformas; assegurar a transversalidade do processo da digitalização; e introduzir a elaboração do CFMP no e-SISTAFE.

58. Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC – Nacala)

- Foi apresentada pelo Dr. Ângelo Nhalidede, Director Nacional de Investimentos Estratégicos e Cooperação. Apontou que a iniciativa de elaborar a Estratégia de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala) surge da necessidade de orientar o desenvolvimento da região do Corredor de Nacala e áreas circunvizinhas, bem como atrair investimentos privados e públicos, especialmente após as descobertas de recursos naturais como gás natural e carvão.
- Este foi aprovado em 2016 e funcionava sob coordenação do Ministério da Indústria e Comércio (MIC). No âmbito da nova estrutura do governo passou para a coordenação do MPD, tendo sido orientado para criar a unidade técnica de implementação do PEDEC para coordenar a implementação de projectos e programas; prestar assistência técnica na definição de políticas, estratégias e programas; facilitar a colaboração entre ministérios, sector privado, parceiros de desenvolvimento e órgãos locais; mobilizar

recursos financeiros e materiais; promover as potencialidades económicas da região para atrair investimentos.

- Os resultados esperados alinham-se aos objectivos estratégicos do Governo, com foco na promoção da independência económica por meio da transformação profunda da região do Corredor de Nacala e regiões vizinhas. Em termos de desenvolvimento económico, espera-se o aumento do PIB regional pela dinamização dos sectores agrícola, industrial, mineiro e turístico; estímulo ao investimento privado, nacional e estrangeiro; criação de novos empreendimentos e negócios locais.
- Em termos de emprego e capacitação, prevê-se a criação de milhares de postos de trabalho formais, promoção do auto-emprego e do empreendedorismo, bem como formação técnica e profissional para jovens e mulheres.

59. Brainstorming, em Plenária, sobre as Prioridades e Objectivos Estratégicos do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) para o Ano 2026, e os Anos Subsequentes (Levantamento de prioridades e Estabelecimento de metas para 2026)

- Da reflexão deste tema foram levantadas as seguintes propostas: Que seja dada a devida relevância ao CFMP como um instrumento útil para alocação de recursos; operacionalizar o Modulo do SMA no MPO; necessidade de actualização e uniformização da base de cálculo da produção global; necessidade de actualização das contas nacionais em conformidade com o sistema internacional (migrar do Sistema de Contas Nacionais 2008 para o Sistema de Contas Nacionais 2025); reflectir na incorporação dos projectos das agências nos instrumentos de planificação, monitoria e avaliação; Reflectir sobre a criação de uma unidade de supervisão de entregáveis (*deliverables*);
- Reflectir sobre os critérios de avaliação de desempenho das instituições visando salvaguardar a sua credibilidade interna e junto aos parceiros; assegurar que as

províncias se sintam parte do MPD; reflectir na necessidade de adopção do inglês como segunda língua oficial, bem como a valorização das línguas nacionais;

- Necessidade de desenhar e operacionalizar um programa nacional de desenvolvimento de competências técnicas e profissionais; Necessidade de reforma na educação com foco no desenvolvimento do capital humano, físico e natural; Transformar a Monitoria e Avaliação em uma Autoridade Nacional de Monitoria e Avaliação, tutelada pelo MPD;
- Quanto ao FDEL, há necessidade de se salvaguardar alguns aspectos, nomeadamente: i) Declaração de confidencialidade e protecção de dados, em que todos os membros envolvidos na avaliação e gestão devem assinar um compromisso de confidencialidade para proteger as ideias constantes das candidaturas; ii) Reconhecimento da propriedade intelectual do proponente, o regulamento deve esclarecer que as ideias e projectos submetidos continuam sendo propriedade do proponente, sem transferência de direitos; iii) Definição da quota reservada para pessoas com deficiência, incorporando uma percentagem específica.

TERCEIRO DIA: 05 de Dezembro de 2025

60. No terceiro e último dia de trabalho do Conselho Coordenador, o programa esteve subdividido em três momentos, sendo o primeiro dedicado a apresentação da síntese do segundo dia, depois seguido por temas abertos com convidados da academia, comunicação social, sector privado e da sociedade civil, e o terceiro momento dedicado às apresentações de temas previstos no programa do evento;

61. Da academia, o tema foi apresentado pelo Prof. Dr. Jorge Ferrão, Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo, que abordou a importância do mandato do MPD na vida dos Moçambicanos, tendo feito referência à necessidade de o MPD ser o guardião do cumprimento das promessas; à necessidade de se aprimorar a planificação nacional (visto que permanece pouco inclusiva e excludente), comprometendo a implementação efectiva dos objectivos de desenvolvimento;

Abordou ainda sobre o papel da educação de qualidade para o desenvolvimento do país, em particular o reforço da necessidade de reflectir sobre a introdução da língua inglesa como segunda língua de trabalho para ampliar competitividade e integração internacional;

Necessidade de simplificar a máquina administrativa e reduzir duplicações entre ME, MF e MPD, promovendo maior integração e eficiência institucional;

Mudança na cultura de planificação, tornando-a mais prática e adaptada às novas dinâmicas, incluindo o acesso juvenil à tecnologias como tablets para pesquisa autónoma;

Necessidade de promover um crescimento económico com redistribuição justa da riqueza, evitando assim a “exportação da esperança em bruto e importação da sobrevivência”, o que sinaliza fragilidades estruturais;

Por fim, referiu sobre a necessidade “de restaurar a confiança como fundamento para progresso institucional e social, e tendo a juventude como o centro das intervenções”;

62. O tema da comunicação social, foi apresentado pelo Dr. Tomas Viera Mário, jornalista, que também partilhou a sua visão sobre o mandato do MPD, nos seguintes termos:

A importância da abertura das instituições, acesso à informação, inclusão, participação como elementos centrais de qualquer processo de planificação e desenvolvimento nacional;

Referiu que o governo deve priorizar o diálogo como instrumento estratégico para estabilizar e credibilizar as instituições;

-
- Referiu que a desconfiança e falta de credibilidade existente no país exige mais que um diálogo nacional inclusivo, e ela não deve ser apenas como resposta à crises, mas como uma prática permanente e contínua;
 - Referiu que a recriação do MPD deve reposicionar e influenciar a visão de governação a ser dialogante, recorrendo à comunicação estratégica como ferramenta central;
 - Necessidade de uma linguagem clara, uniforme e fiável para comunicar a exemplo do FDEL onde recomenda-se um Plano robusto de Comunicação do FDEL, com dados de desembolsos e projectos, material impresso e conteúdos em línguas moçambicanas, difundidos nas rádios comunitárias;
 - Referiu-se à importância de inovar a comunicação em temas de elevado impacto político, tornando-os acessíveis e compreensíveis.
 - Referiu que algumas inovações do MPD precisam de revisão: revistas não são o meio mais eficaz, o MPD deve abraçar a era digital, produzindo vídeos curtos para comunicar e interagir com a juventude.

63. Da parte do Sector Privado, foi feita uma apresentação pelo Dr. Egas Daniel, em representação do CTA, que referiu que o país enfrenta um desafio estrutural, pois a população cresce mais rápido que a economia, exigindo maior rigor na planificação e coordenação do desenvolvimento;

- Referiu que o Estado deve garantir eficácia e eficiência, criando um ambiente propício para que o sector privado cresça, se consolide e contribua para o desenvolvimento;
- Referiu que o Estado não deve actuar por improviso e o MPD deve estar na dianteira definindo objectivos claros de desenvolvimento — crescimento, produtividade, industrialização e competitividade — para gerar confiança e orientar a intervenção do sector privado;

-
- O MPD deve reduzir a complexidade administrativa, coordenar prioridades, evitar contradições e desbloquear entraves com maior rapidez;
 - Necessidade de eliminar burocracia redundante que penaliza a actividade económica e o MPD deve liderar a agenda de reforma do Estado, removendo barreiras que dificultam o ambiente de negócios e limitam a acção do sector privado;
 - Modernização do Estado para torná-lo mais ágil, eficiente e com menores custos de transacção;
 - As reformas devem ser avaliadas quanto ao seu potencial impacto, submetidas a análise técnica antes da aprovação, reduzindo atrasos e gargalos e comunicando claramente o rumo das reformas;
 - A priorização de investimentos em infra-estruturas deve ser selectiva, considerando o impacto transformador, o retorno económico-social e as externalidades positivas geradas;
 - É essencial garantir que os parceiros financeiros estejam alinhados com a visão estratégica do Governo, em particular do MPD, através de coordenação eficaz, assegurando maior sucesso dos investimentos.

64. No que concerne à Sociedade Civil, a visão sobre o MPD, foi apresentado pela Dra. Maura Martins em representação do MASC.

- Referiu que a planificação do MPD e do Governo deve reflectir as necessidades reais das comunidades locais, exigindo melhor rastreio e qualidade das estatísticas locais;
- Necessidade de realinhar e redistribuir recursos financeiros de forma mais adequada ao nível local;
- Reforçar e aprofundar os mecanismos de consulta e diálogo entre Governo, sector privado e sociedade civil, promovendo maior inclusão e transparência;

Continuar a fortalecer a planificação participativa, assegurando melhor articulação entre os diferentes níveis de governação e adoptando modelos bem estruturados de participação

65. Em seguimento do programa, foi apresentado o tema **Programa de Planificação e Finanças**

Descentralizadas (PPFD 2026-2030)

- Foi apresentado pela Eng. Cristina Matusse, Directora Nacional da Planificação. Referiu que PPFD justifica-se pela necessidade de converter políticas de descentralização e reforma das finanças públicas em resultados práticos, apoiar a operacionalização da planificação e finanças no novo paradigma da descentralização, reforçar a capacidade técnica, garantir que os planos e orçamentos locais reflectam as necessidades das comunidades e estejam alinhados com a ENDE 2025–2044 e o PQG 2025 - 2029;
- O PPFD tem como objectivo capacitar os Governos Locais com instrumentos modernos de gestão territorial, receitas, despesas e orçamentos, promover a inclusão comunitária através da participação das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC), valorizar os recursos locais, culturais e históricos, integrar aspectos transversais como género, mudanças climáticas e ODS nos instrumentos de planificação e melhorar a prestação de serviços básicos à população.
- Em termos de perspectivas: Fomento de uma cultura de melhoria contínua e priorizando a retenção de quadros técnicos qualificados; Estruturas de coordenação e plataformas de comunicação são necessárias para garantir a implementação do PPFD; Colocar o PPFD a actuar como padrão unificador entre múltiplos programas locais, evitando duplicações e maximizando o uso de recursos escassos.

66. Programa Quinquenal do Governo (PQG 2025-2029)

- Foi também apresentado pela Enga. Cristina Matusse, Directora Nacional da Planificação. Apontou que o PQG é um instrumento estratégico que define as prioridades do Governo e orienta a alocação estratégica de recursos públicos. Tem como referência a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e um horizonte temporal de cinco anos. O PQG é estruturado por Pilares, Programas e Subprogramas e é aprovado pela Assembleia da República;
- O primeiro ano de implementação do PQG 2025–2029 marca uma etapa crucial na concretização da ENDE 2025–2044, que visa transformar Moçambique num país próspero, inclusivo e sustentável. Esta fase tem como foco a criação de bases sólidas para o crescimento económico e social, assegurando que as políticas públicas respondam de forma concreta às necessidades da população, especialmente nos domínios da estabilização do custo de vida, geração de emprego, melhoria dos serviços sociais básicos e promoção do desenvolvimento territorial equilibrado;
- Apesar dos desafios associados à conjuntura económica global, às limitações de recursos financeiros e às mudanças climáticas, foram dados os primeiros passos na implementação de um modelo de planificação integrada, com maior coordenação entre os sectores de nível central que respondem ao mesmo programa, assegurando o alinhamento dos indicadores e metas de desenvolvimento;
- Os factores de Sucesso são: Harmonização dos indicadores entre ENDE, PQG, PESOE e Planos Locais; Criação de um quadro lógico único de monitoria com metas integradas; e Integração digital dos sistemas de informação e estatísticas;
- O PQG será implementado em fases, numa abordagem programática transversal, orientada para resultados, executado anualmente através do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

67. Programa de Desenvolvimento Económico Local (PDEL 2026-2030)

- Foi apresentado pela Dra. Deodete Chachuaio, Directora Nacional de Desenvolvimento Integrado. Referiu que o Programa para o Desenvolvimento Económico Local (PDEL) é inspirado nos instrumentos de governação do País (ENDE 2025-2044, PQG

2025-2029), para enfrentar os múltiplos desafios estruturais que condicionam o crescimento económico e inclusivo e a redução da pobreza, e adopta uma abordagem centrada na promoção das economias locais (capacitação institucional, financiamento a iniciativas de promoção da economia local, empreendedorismo juvenil e feminino, infra-estruturas produtivas e de

mercado resilientes, educação para o desenvolvimento, incubação de negócios, digitalização, dentre outras dimensões);

- O PDEL alinha-se com o Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL), como um mecanismo de governação descentralizada, para colocar recursos do Estado ao serviço das comunidades, através do financiamento a projectos produtivos de pequena e média dimensão para gerar renda e emprego, particularmente para jovens e mulheres que desenvolvem iniciativas económicas viáveis;
- O PDEL, está orçado em cerca de USD \$63.125.000
- **Em termos de perspectivas**, aponta-se para i) a necessidade de maior articulação entre os vários projectos e iniciativas existentes para a maximização de recursos disponíveis; Esta actuação permitirá uma maior resolução de problemas das comunidades e redução do índice de pobreza; necessidade de induzir investimentos para promover mudanças; priorizar os projectos em carteira dentro do espaço fiscal e continuar a mobilização de recursos.

Antes do discurso de encerramento foi apresentado o documento final do Conselho Coordenador, com as principais constatações, recomendações e acções de seguimento, pelo Dr. Jaide Madeira, Director Nacional de Monitoria e Avaliação.

68. Discurso de Encerramento do Primeiro Conselho Coordenador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD)

- Para o cumprimento das formalidades de encerramento da reunião magna do Ministério, Sua Excelência Salim Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento,

proferiu o discurso de encerramento, começando por agradecer a todos quantos estiveram envolvidos na preparação e organização deste evento. Os agradecimentos foram extensivos a todos os membros do Conselho Coordenador e convidados pelo seu empenho para o alcance dos objectivos da reunião.

Na sua alocução, S. Excia, o Ministro referiu que:

- Ao longo dos 3 dias, foi revisitado o caminho percorrido em 2025, avaliado o que funciona e o que precisa de ser revisto, analisadas as prioridades para 2026, debatido o Relatório-Balanço das Actividades Realizadas pelo MPD neste ano, o FDEL, a ENFC, o PRECE, o PEDEC-Nacala e as propostas do PII 2026-2030, do Plano Estratégico do MPD, do PPF, do PDEL e o seu alinhamento com os instrumentos estratégicos como a ENDE, o PQG, o CFMP e o PESOE, e apreciados os relatórios das Instituições Tuteladas e das Províncias, bem como ouvidas atentamente as visões dos parceiros de cooperação, do sector privado, da sociedade civil, da academia e dos órgãos da comunicação social.

- Fez referência ao reconhecimento do alcance estratégico do Diálogo Nacional Inclusivo, liderado pelo Presidente da República Daniel Francisco Chapo, para a criação do ambiente propício para o desenvolvimento sustentável de com a paz e estabilidade como pressupostos vitais para o desenvolvimento; referiu-se à pertinência de tomar em conta que a economia nacional desacelerou e contraiu, mas que está dando sinais de retoma e os seus fundamentos tem tendência a estabilizar-se; haver boas notícias sobre as possibilidades que se abrem com a implementação de projectos estruturantes na área de hidrocarbonetos (gás do Rovuma), energia (Mphanda N'kwa), turismo (Inhambane), infra-estruturas (ENI, Ponte sobre o rio Licungo) e agro-negócios (arroz na Zambézia, Sofala e Chókwè); haver boas perspectivas económicas para 2026, e que, entretanto, não será um ano para festejar, mas sim um ano para trabalhar com afinco, persistência e insistência no caminho que escolhemos!

Ainda no seu discurso, S. Excia o Ministro anotou as seguintes constatações:

-
- Uma planificação assertiva deve primar por maior integração entre planificar, orçamentar e executar, incluindo a obtenção de resultados tangíveis.
 - A capacidade de produzir evidência melhorou, mas ainda é insuficiente para orientar decisões estratégicas com o devido rigor e antecipar riscos.
 - O MPD demonstrou progresso em 2025, apesar de um contexto económico desafiante, mas há necessidade de acelerar reformas institucionais e abraçar novas abordagens, metodologias e procedimentos na planificação, desenvolvimento integrado, estudos e análise de políticas, investimentos e monitoria e avaliação.
 - Os instrumentos estratégicos do Governo, como a ENDE e o PQG, e os operacionais, a exemplo do CFMP e do PESOE, precisam de um alinhamento mais forte e consistente com os níveis provincial, distrital e municipal.
 - A implementação do FDEL, com mais de 236 mil propostas submetidas, revelou a vitalidade operacional da descentralização financeira para os distritos e municípios, a urgência de reforçar os mecanismos de selecção de projectos viáveis, da capacitação permanente e da monitoria robusta.
 - Saímos daqui com a decisão de que temos de mobilizar mais recursos para financiar os projectos de jovens, mulheres e empreendedores dos Distritos e Municípios, para responder à crescente demanda, de que precisamos de reforçar os mecanismos de gestão mais transparentes e escrutináveis e, por isso, vamos lançar brevemente a plataforma tecnológica de suporte ao FDEL, com o envolvimento directo do MCTD e da UEM.
 - As Instituições Tuteladas (INE, ADVZ, ADIN, FARE, MARP, MCA-Moz.) reforçaram o seu papel como braços operacionais críticos para o desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e finanças de proximidade, produção de estatísticas fiáveis, monitoria da governança e promoção de investimentos.

- Os debates demonstraram a necessidade do MPD ser mais interventivo, mais inovador, mais digital e mais orientado para resultados, valorizando a monitoria, avaliação e gestão do conhecimento.

- A visão dos nossos parceiros aconselha a termos uma estratégia de comunicação arrojada e abrangente e, a introdução de mecanismos robustos de planificação da economia nacional.

Sua Excia. o Ministro fez um vigoroso apelo ao trabalho árduo e exigente: **o de executar com**

rigor, monitorar com disciplina, corrigir com humildade e reportar com transparência;

Destacou que o país espera de nós, da nossa consistência, liderança e espera por resultados tangíveis na melhoria do bem-estar da população moçambicana, nas áreas rurais e nas áreas urbanas.

S. Excia. o Ministro rematou referindo que:

- As contribuições produzidas nos três dias demonstram que o MPD tem visão estratégica, tem sentido de missão, tem capacidade gerencial e técnica, e está posicionado para liderar as transformações económicas e sociais que o país exige.

- O processo de planificação estratégica para 2026 que o evento testemunhou nos 3 dias, não terminava ali.

- Era o começo do verdadeiro trabalho mais árduo e exigente, o de executar com rigor, monitorar com disciplina, corrigir com humildade e reportar com transparência. A mudança institucional já começou. Cabe-nos, colectivamente, acelerá-la.

-
- O país espera de nós, da nossa consistência, liderança e espera por resultados tangíveis na melhoria do bem-estar da população moçambicana, nas áreas rurais e nas áreas urbanas.
 - Deve haver uma boa liderança, da relevância angular do trabalho em equipa, do cultivo da humildade, entre outros aspectos como marcas que devem nortear a cultura de trabalho no Ministério.
 - A terminar, endereçou agradecimentos à todos os membros do Órgão e Convidados pela sua participação activa e criativa naquela empreitada, e aos dirigentes e quadros do MPD que trabalharam arduamente na preparação de condições para que se pudesse alcançar os resultados positivos que todos testemunharam e devem levar aos seus postos de trabalho.

VI. PERSPECTIVAS

De forma particular, Sua Excedência o Ministro orientou as unidades orgânicas:

No domínio da Planificação

- Acelerar o processo de consolidação do subsistema de planificação e orçamentação;
- Integrar planificação–orçamentação–execução através da criação de mecanismos que assegurem que o planeado entre no orçamento e é executado;
- Foco na gestão baseada em resultados, a operacionalizar-se via e-SISTAFE, mantendo uma articulação com o nível provincial, distrital e municipal;
- Estabelecer um núcleo técnico intersectorial que assegure o alinhamento PII–CFMP-PESOE, assegurando que os projectos estratégicos sejam implementados com celeridade;

- Implementar a digitalização para o reforço da operacionalização e monitoria do PESOE;
- Promover acções de capacitação contínua aos actores relevantes, assegurando a formação em planificação estratégica, análise de dados e gestão de projectos;
- Revitalizar os Fóruns de Planificação e Observatórios de Desenvolvimento, como mecanismos privilegiados de planificação conjunta, coordenação e monitoria de políticas públicas;
- Mobilizar recursos para garantir a implementação do PPF.

No domínio da Promoção do Desenvolvimento Integrado

- Criar e pôr em funcionamento a Plataforma Digital contendo informação global do FDEL;
- Implementar uma Estratégia de Comunicação robusta, para garantir a divulgação das acções sobre o FDEL, incluindo através de redes sociais;
- Incluir mulheres empreendedoras através da facilitação do seu acesso ao FDEL, e ter em conta esse grupo específico nas capacitações e monitoria;
- Coordenar acções com o IPEME, IP na capacitação de MPMEs, visando o desenvolvimento económico local e a execução dos projectos do FDEL;
- Definir, de forma prévia os montantes a atribuir por cada posto administrativo/localidade, para garantir a abrangência, inclusão e equidade no acesso aos recursos do FDEL;
- Fortalecer as Comissões de Selecção de Projectos de modo a serem capazes de conferir transparência ao processo e justificar as aprovações, reprovações e recomendar melhorias nas propostas não aprovadas;
- Revigorar a coordenação de acções com ONG's e reforçar os Observatórios de Desenvolvimento;
- Assegurar a mobilização de recursos para garantir implementação do PDEL.

No domínio de Políticas Económicas e Desenvolvimento

- Implementar um Programa de Estudos e Pesquisas e institucionalizá-lo como mecanismo sistemático de pesquisa, para que o processo de tomada de decisões seja baseado em evidências;
- Assegurar a coordenação da implementação do Plano de Recuperação e Crescimento Económico (PRECE);
- Produzir de forma regular, policy briefs e relatórios baseados em evidências (quinzenal, mensal e trimestral);
- Promover eventos anuais de debate e divulgação de resultados de pesquisas;
- Realizar estudos sobre pobreza e bem-estar com base no IOF 2025; e Actualizar o modelo de previsão macroeconómica para melhorar previsões.

No domínio de Investimentos Estratégicos e Cooperação

- Assegurar o acompanhamento na Coordenação do PII;
- Garantir o acompanhamento e a monitoria do PEDEC-Nacala e articular intervenções com a UTI-PEDEC-Nacala;
- Criar um Fundo de Preparação de Projectos e estudos de viabilidade para operacionalizar o PII.
- Manter uma base de dados actualizada sobre os projectos e iniciativas com os parceiros de cooperação (bilaterais e multilaterais);

No domínio da Monitoria e Avaliação

- Consolidar o subsistema M&A;
- Conceber e implementar ferramentas digitais na recolha, análise e gestão de dados;
- Capacitar permanentemente os sectores e territórios, no domínio de metodologias, técnicas e procedimentos de monitoria e avaliação da acção governativa;
- Robustecer a Base de Dados nacional com indicadores sociais e económicos e fortalecer a capacidade dos sectores e territórios sobre indicadores de impacto e metas;

-
- Actualizar, em coordenação com a DNPED, as metodologias de cálculo da produção global.

No domínio do Financiamento Climático

- Conceber uma matriz de acções da ENFC;
- Divulgar amplamente a ENFC junto à sociedade civil, sector privado, academia, territórios;
- Integrar de projectos climáticos no PII;
- Liderar a criação Fundo Climático de Moçambique;
- Mapear e aproveitar as oportunidades de financiamento climático actualmente disponíveis, com destaque para a troca de dívida por clima (Eurobond USD 900M, amortizações 2028) e Fundo de Adaptação (USD 40M ainda não solicitados).

No domínio da Administração e Recursos Humanos

- Desenvolver políticas de fortalecimento do capital humano;
- Desenhar um Plano de Desenvolvimento de RH para garantir a sua evolução profissional contínua;
- Implementar mecanismos eletrónicos de gestão de recursos humanos, finanças e património

Em relação as Instituições Tutelas:

- O INE deve divulgar o IOF 2025, o CEMPRE, actualizar cartografia censitária e finalizar os preparativos piloto do Censo 2027
- A ADVZ deve operacionalizar PEOT, expandir clusters produtivos e consolidar os processos de implementar os fundos do FINOVA e Mangwana;

-
- A ADIN deve concentrar o seu foco na implementação do RISE-PS, do SGPN e no apoio às comunidades vítimas do terrorismo;
 - Ao FARE recomendou-se a concentrar-se na digitalização das actividades das ASCAS e a apoiar o PROCAVA, o PROPEIXE e o PRODAPE, e não apenas na provisão de serviços financeiros rurais;
 - O MCA-Moz deve alinhar os seus programas com ADVZ, promover uma comunicação robusta das suas acções, a aplicar lições aprendidas do Compacto I e a garantir um impacto inclusivo no Compacto II.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os três dias de trabalho, o Primeiro Conselho Coordenador abordou diversos temas de interesse das unidades orgânicas do Ministério, das instituições tuteladas e das Direcções Provinciais, refletindo de forma integrada as prioridades, demandas e desafios da planificação e do desenvolvimento nacional.

Todos os instrumentos de trabalho, incluindo relatórios, estratégias, programas e planos, foram devidamente partilhados entre os participantes, para assegurar o melhor conhecimento dos diversos instrumentos, permitir uma análise aprofundada dos mesmos, favorecer a tomada de decisões informadas e coordenadas entre as diferentes Unidades Orgânicas, Instituições Tuteladas e Direcções Provinciais, e servir como referência e base estratégica importante para o planeamento e implementação futura das estratégias, políticas, programas e planos do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

No decurso do 1º Conselho Coordenador do MPD, os objetivos definidos foram alcançados, com destaque para:

- A socialização e apreciação positiva do Relatório-Balanço das actividades planeadas e realizadas em 2025, bem como a reflexão sobre os desafios e perspectivas para o ano de 2026;

- Foi realizada a discussão e a obtenção de consensos sobre temas estratégicos relacionados com o mandato do MPD, com propostas concretas para acelerar a implementação de políticas, ampliar a participação e inclusão, e promover o desenvolvimento socioeconómico do país;
- Foram feitas contribuições que demonstraram a visão estratégica, o sentido de missão, e a capacidade gerencial e técnica do MPD, evidenciando que está bem posicionado para liderar as transformações económicas e sociais exigidas pelo país;
- A definição de compromissos para um trabalho mais colaborativo, exigente e orientado para resultados, reforçando o empenho institucional na concretização das prioridades nacionais, nos domínios da planificação, desenvolvimento, monitoria e avaliação e promoção de investimentos.

Nestes termos, faz-se um balanço positivo do Primeiro Conselho Coordenador, que constituiu um importante espaço de reflexão, articulação e concertação institucional, reafirmando a capacidade do MPD de liderar de forma eficaz o processo de desenvolvimento nacional e de promover políticas públicas orientadas para resultados concretos mensuráveis e sustentáveis.

São sistematizadas em anexo, na Matriz de Recomendações, as principais decisões e orientações, de forma a permitir o devido acompanhamento sistemático da implementação, a monitoria dos compromissos assumidos e a articulação eficaz entre as diferentes unidades orgânicas, instituições tuteladas e Direcções Provinciais.